

MOÇAMBIQUE 2010

UNICEF Moçambique
Av. do Zimbabwe, 1440
Maputo, Moçambique

E-mail: maputo@unicef.org
www.unicef.org/mozambique



MISA Moçambique
Av. Romão Fernandes Farinha, 75
2º andar, Porta 7
Maputo, Moçambique

E-mail: misamoz@tvcabo.co.mz
www.misa.org.mz



A CRIANÇA NA IMPRENSA

análise da cobertura jornalística



Progressos e desafios	2
Metodologia	3
Em busca de um compromisso	4
I CAPÍTULO - EDUCAÇÃO	9
II CAPÍTULO - PROTECÇÃO	13
III CAPÍTULO - PARTICIPAÇÃO	21
IV CAPÍTULO - SAÚDE E NUTRIÇÃO	25
Conclusões	30
Recomendações	31
Referências e materiais consultados	32

Progressos e Desafios

Com o objectivo de galvanizar uma cultura jornalística que dê prioridade a questões relacionadas como universo infantil, na fiscalização de políticas públicas sociais, respeito pelos direitos humanos, mas principalmente, dos direitos da Criança, isto é, dos programas, dos projectos e das acções que tenham como foco sectores considerados de interesse da sociedade, mas, e principalmente, aqueles direccionados à protecção de crianças, o MISA em parceria com o UNICEF criou, em 2007 uma Rede de Comunicadores Amigos da Criança (RECAC) que, entre outras acções, monitora e analisa a atenção dispensada pela imprensa escrita moçambicana às temáticas relevantes e pertinentes para a criança.

A presente edição do relatório "A Criança na Imprensa - análise da cobertura jornalística" traz ao de cima a forma como os Media cobriram assuntos relacionados com a criança de Janeiro a Dezembro de 2010, ano marcado por inúmeros acontecimentos que, de forma directa ou indirecta, afectaram as crianças, de que são exemplo, a realização da II Sessão do Parlamento Infantil, as manifestações de 1 e 2 de Setembro, o mundial de futebol realizado na vizinha África do Sul e as cheias que acometeram a região centro do país.

Embora se tenham verificado avanços que mereçam ser enaltecidos, como a inclusão de artigos relacionados com cirurgias pediátricas, o tratamento e acompanhamento crianças com cancro, assuntos outrora relegados para segundo plano, problemas de fundo que afectam a criança, como pobreza que a priva de muitos dos seus direitos (sobreviver, desenvolver-se, participar e ser protegida), desigualdade social, a situação de crianças vulneráveis, como por exemplo, crianças na rua e/ou de rua, crianças portadoras de deficiências, entre muitos outros, permanecem sem a merecida atenção, o que veda ou limita a possibilidade de uma discussão mais aprofundada sobre possíveis soluções. Políticas públicas, legislação, questões de género e a opinião da criança continuam, igualmente, a ser descuradas.

Há, por isso, uma necessidade de se fortalecer uma abordagem mais plural e contextualizada, aprofundando a análise não apenas sobre os diferentes fenómenos que afectam as crianças, mas também sobre as soluções, possivelmente, propostas.

Metodologia

Foram analisadas matérias jornalísticas, publicadas entre os meses de Janeiro e Dezembro de 2010, de sete jornais moçambicanos, nomeadamente, notícias, Diário de Moçambique, O País, Savana, domingo, Zambeze e Magazine Independente, respectivamente, de entre os quais, três diários (notícias, O País e Diário de Moçambique), e os restantes semanários.

A produção desta terceira edição obedeceu a instrumentos produzidos conjuntamente pelo MISA-Moçambique e o UNICEF, orientados para a observação quantitativa e qualitativa do conteúdo dos artigos publicados, incluindo:

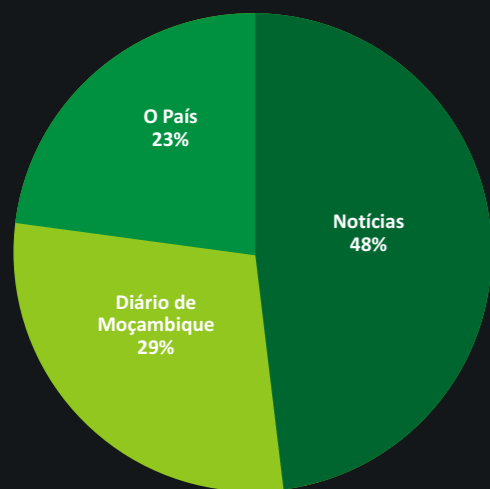
- Identificação dos temas mais recorrentes sobre a criança publicados nos meios de
- comunicação social moçambicanos;
- Identificação dos principais actores do discurso (fontes de informação) sobre a criança;
- Identificação do lugar que as matérias jornalísticas sobre a criança ocupam nos meios de comunicação;
- Verificação se o artigo espelha o porque é que uma certa prática é tida como ilegal e se a ilegalidade aflorada é sustentada com base nas leis a ela respeitantes;
- Se o conteúdo resulta de um trabalho investigativo;
- Se o artigo faz a localização geográfica dos factos;
- Se o artigo tem uma abordagem de género;
- Se as políticas públicas, legislação e estatística são mencionados no artigo;
- Se o artigo faz menção do impacto da situação para as crianças;
- Se o artigo tem opinião da criança;
- Verificação do tratamento de imagens.

Procurou-se igualmente, verificar se os artigos, fizeram menção às directrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança e às Metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, como alguns dos aspectos que permitem vislumbrar o grau de observação e ou realização dos Direitos da Criança. Com vista a observar os espaços reservados pelos Media aos assuntos ligados à criança, os artigos foram classificados em sete categorias: notícia, editorial, reportagem, artigo de opinião, entrevista, fotografia e publicidade redigida.

Em Busca de um Compromisso

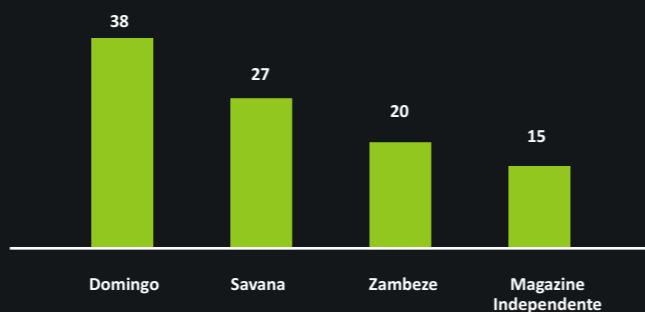
A presente análise identificou 1623 artigos relacionados com a criança tanto de forma directa, quanto indirecta, e mais uma vez, o destaque foi para o jornal notícias no que concerne aos diários com 48 por cento das publicações, seguido do jornal Diário de Moçambique responsável por 29 por cento de artigos e do jornal O País com 23 por cento dos jornais diários, à semelhança das edições anteriores.

Figura 1.2 percentagem de artigos publicados pelos jornais diários



No que concerne aos semanários, destacou-se o jornal domingo, com 38 por cento de artigos publicados, seguido do jornal Savana com 27 por cento, do Zambeze com 20 por cento, e por último do Magazine Independente com 15 por cento, sequência observada nas edições anteriores.

Figura 1.2 percentagem de artigos publicados pelos jornais semanários



Os Media monitorados continuam aquém do desejado. Embora se tenham verificado avanços que mereçam ser enaltecidos, como a inclusão de artigos relacionados com cirurgias pediátricas, crianças com cancro e outros assuntos outrora relegados para segundo plano, assim como uma predisposição para a consulta de uma pluralidade de fontes, ainda que em número reduzido, e a ilustração, por meio de fotografias, de situações precárias vividas pelas crianças os artigos analisados deixam claro que ainda há muito a aprimorar. O crescimento verificado na componente investigação, não se verificou nas componentes como políticas públicas, legislação, questões de género e a opinião da criança, que continuam a ser descuradas, segundo mostram os gráficos a seguir.

Figura 1.3 percentagem do desempenho dos jornais diários

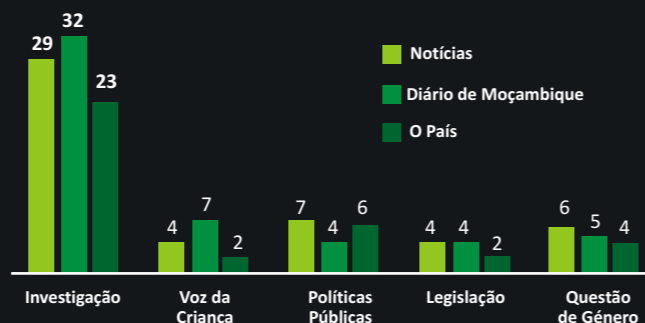


Figura 1.3 percentagem do desempenho dos jornais semanais



São notórios os esforços da maioria dos Media em cobrir lançamentos dos projectos ou actividades levadas a cabo quer pelo Governo, quer por ONG's/OSC, sem que, no entanto, façam um acompanhamento do processo de implementação e da prestação de contas de acções efectuadas em torno dos mesmos, assim como, se continua a verificar uma dependência excessiva de fontes oficiais para a criação de artigos.

Os artigos identificados, 1623, estão divididos pelas quatro áreas em análise:

- Educação: 693 artigos
- Protecção: 470 artigos
- Participação: 247 artigos.
- Saúde e Nutrição: 213 artigos

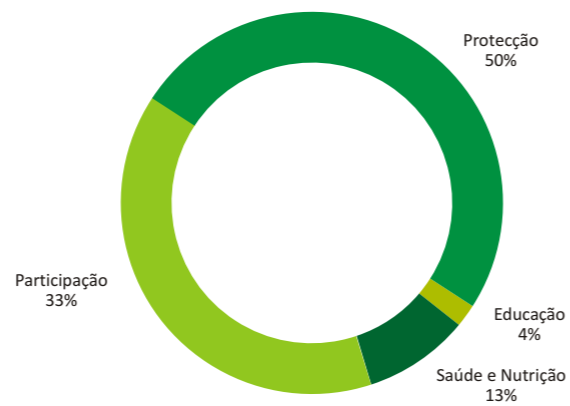
Fotografia

Embora se tenham verificado 47 por cento de artigos com fotografias acopladas, maior parte das quais crianças, 23 por cento, continuam a registar-se situações de fotografias repetidas em diferentes artigos. As fontes, que na sua maioria originam os artigos, aparecem em 19 por cento dos artigos com ilustrações fotográficas. Fotografias relacionadas com campanhas de vacinação, assim como de professores a dar aulas, aparecem, igualmente, largamente repetidas.

Persiste a tendência de se colocar fotografias de crianças acopladas a textos, embora os mesmos não se refiram a esse segmento.

Foram, igualmente, identificadas 119 fotografias, onde aparecem algumas repetidas, que não estando acopladas a textos retratam a criança em diferentes cenários, como crianças a atravessar uma rua sem o acompanhamento de um adulto, crianças com recipientes a vender produtos, crianças a brincar em charcos de água, crianças a mendigar e a dormir ao relento, o que

Figura 1.5 Percentagem de fotografias não acopladas a texto por área



demonstra preocupação para com as mesmas. Embora em menor escala, algumas mostram crianças a ensaiar passos de danças tradicionais. Há ainda a considerar o excelente trabalho fotográfico intitulado “Quando o lixo vira pão...”, da autoria de Jorge Ataíde no jornal Diário de Moçambique de 7 de Setembro, que retrata o envolvimento, igualmente, de crianças na colecta do lixo para sua sobrevivência e dos seus.



© UNICEF Moçambique

Fontes

As fontes oficiais continuam a ser as mais privilegiadas pelos jornalistas, se tivermos em conta que continuam a ser o grande sustentáculo de artigos cujas fontes são citadas. Mas, há a realçar o crescimento do número de crianças citadas como fontes, ainda que só para 'colorir', assim como de representantes de organizações da sociedade civil e de familiares das crianças. O facto de se procurar especialistas em algumas das matérias abordadas, ainda que em número diminuto, é outro aspecto positivo a realçar.

A criança continua a ser marginalizada, no que concerne a emissão de opinião, pois, raramente é ouvida, mesmo quando o assunto em discussão diz respeito a realização dos seus direitos. Das fontes citadas, que perfazem 49 por cento, o número de fontes oficiais foi de 58 por cento, tendo o de representantes de organizações da sociedade civil sido de 15 por cento e o de crianças de 10 por cento. Aspecto positivo, é o cruzamento de fontes que se começa a acentuar nas matérias e a consulta de especialistas, cuja cifra foi de 6 por cento, enquanto a de parentes e pessoas ligadas as crianças citados foi de 11 por cento.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

De forma explícita, continuam a ser poucos os artigos que fazem referência aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Mas, pode-se perceber, implicitamente, que os assuntos abordados centram-se, na sua maioria, na meta 2 – Alcançar o ensino primário universal, e mercê das campanhas de vacinação, na redução da mortalidade infantil e no combate ao HIV e SIDA, a Malária e outras doenças.

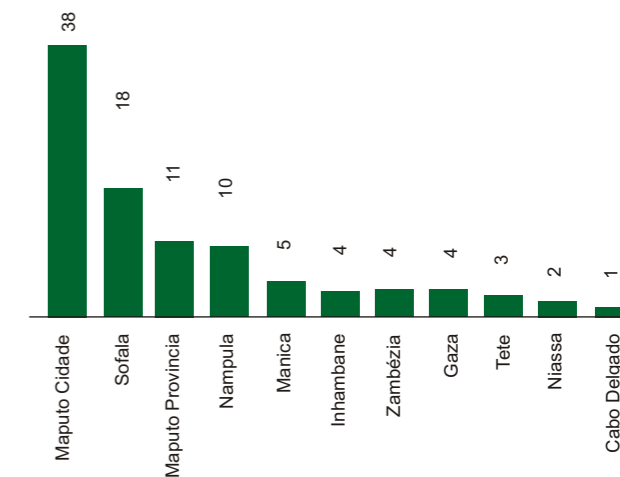
Seguem-se as metas 3 e 1, que visam a promoção da igualdade de género e a autonomia das mulheres e a erradicação da pobreza extrema e da fome, respectivamente.

Direitos da Criança

A abordagem dos artigos publicados em 2010 não se centrou nos Direitos de que goza a criança, limitando-se a descrever factos. No entanto, os direitos relacionados, mais abordados foram os ligados a educação e a protecção, a semelhança dos anos anteriores.

Localização Geográfica

A par das fotos não acopladas a textos, 7 por cento dos artigos analisados não faz referência a localização geográfica, cuja cifra foi de 86 por cento. A Cidade de Maputo continua a merecer destaque com cerca de 38 por cento dos artigos, seguida da província de Sofala com 18 por cento e de Maputo Província com 11 por cento.



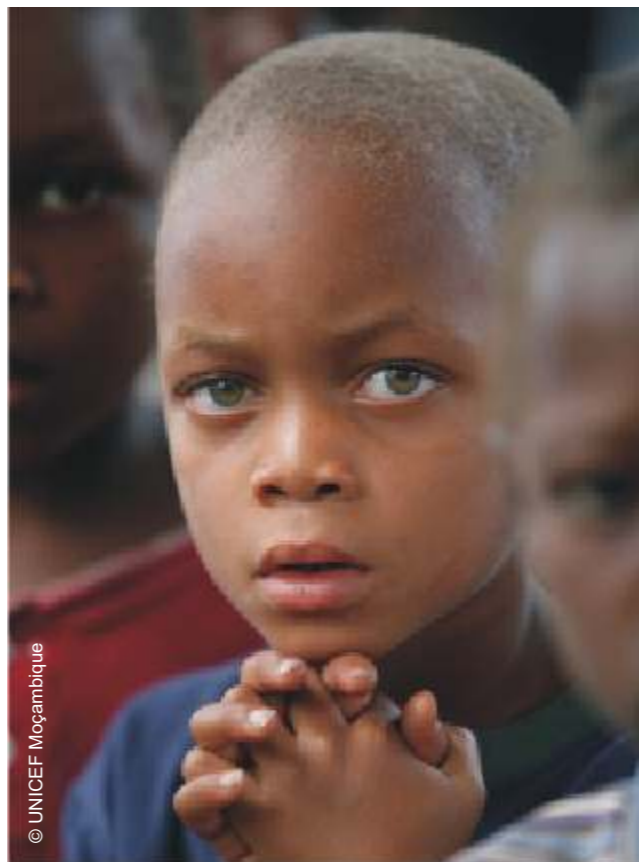
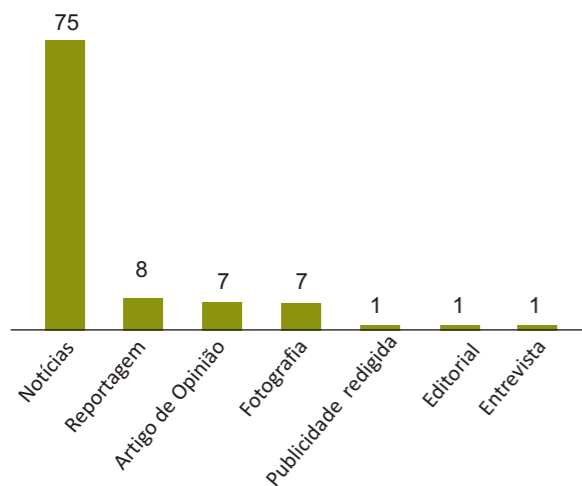
Género Jornalístico

A notícia continua a ser o género jornalístico mais usado pelos Media impresso, e alcançou a cifra de 75 por cento dos artigos do género. A reportagem, cuja característica é a narração pormenorizada dos acontecimentos, e que pode contribuir de modo positivo para o desenvolvimento de um espaço para debate, cifrou-se, apenas, em 8 por cento.

Das matérias publicadas, 7 por cento correspondem a artigos de opinião, espaço usado para os leitores expressarem as suas opiniões, onde o assunto mais abordado foi a qualidade de ensino, seguido da violência. Os editoriais, a entrevista e a publicidade redigida, cifraram-se, ambos, em 1 por cento. Os editoriais, que continuam em número reduzido, centraram a sua atenção, maioritariamente, na área de educação, isto é, o processo de matrículas e luta para a obtenção de vagas, a qualidade de ensino, a fraca distribuição dos livros escolares e as fraudes académicas durante a realização de exames escolares.

8

Figura 1.7 Percentagem de géneros jornalísticos publicados

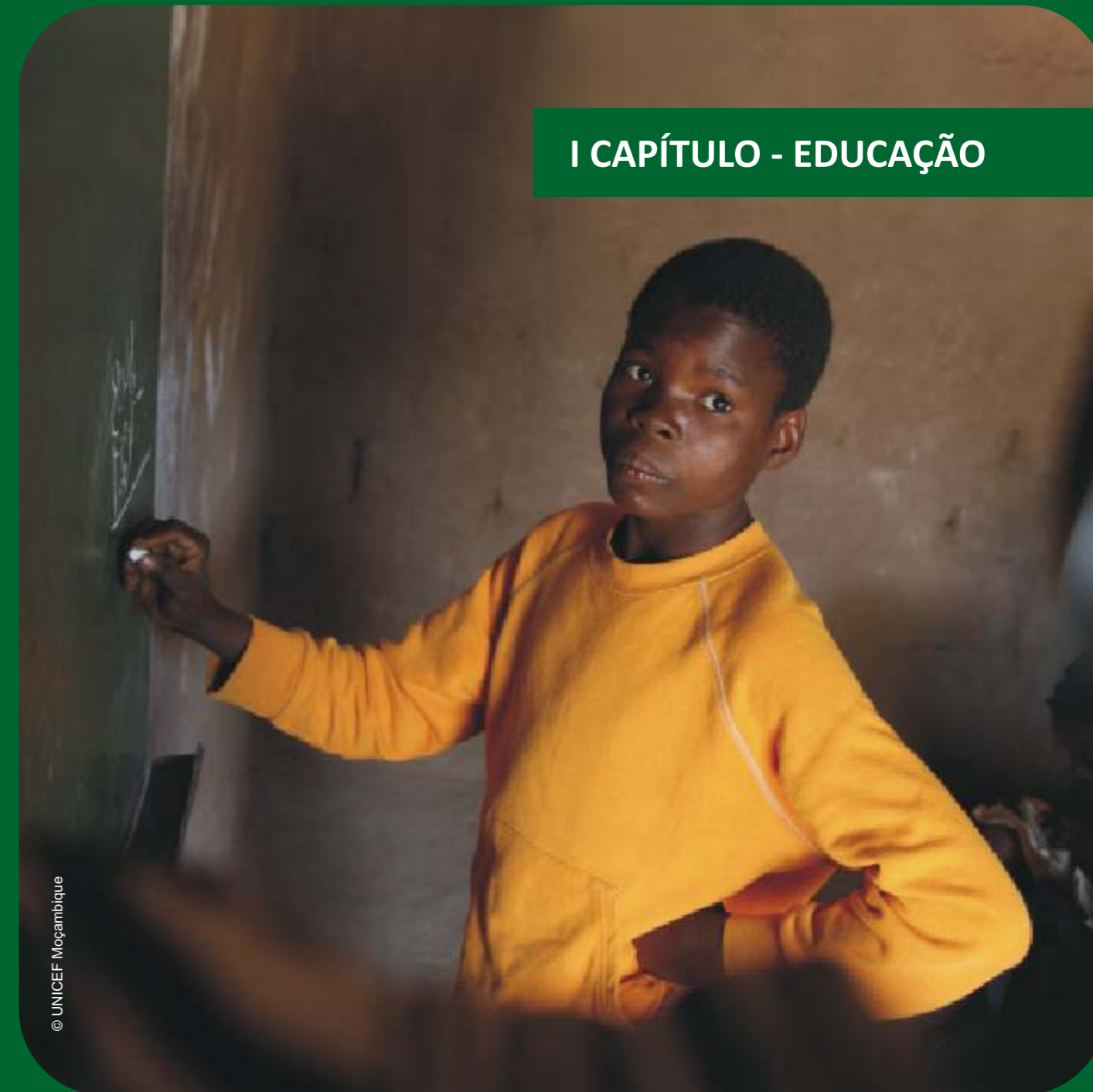


© UNICEF Moçambique

Espaço Reservado aos Artigos

No que concerne às páginas em que os artigos foram publicados, verificou-se uma igualdade de percentagem entre as páginas pares e as ímpares, com 44 por cento cada. Foram igualmente publicados 8 por cento de artigos na última página, com destaque para o jornal Diário de Moçambique que publicou 76 por cento de artigos, e apenas 4 por cento em páginas centrais, onde se destaca, igualmente, o jornal Diário de Moçambique. Os espaços nos quais os artigos são publicados continuam a ser diminutos, trazendo, na sua maioria, dados factuais.

I CAPÍTULO - EDUCAÇÃO



© UNICEF Moçambique

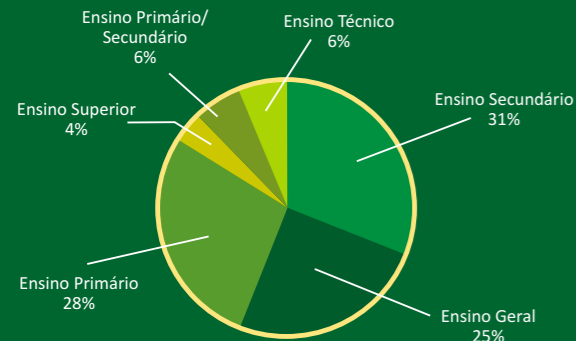
A Educação é, a nível nacional, uma prioridade e, consequentemente, a melhoria da qualidade do ensino é um tema largamente discutido, visto ser, igualmente, um elemento importante na resposta as grandes limitações duma nação.

Ela tem, por exemplo, importante papel na superação da pobreza, pois sabe-se que quanto maior a escolaridade do trabalhador, maior a sua remuneração e menor o risco de desemprego. Os impactos da educação são visíveis também na saúde. Segundo especialistas, filhos de mães com mais escolaridade têm menos probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade. A escolaridade dos pais constitui, ainda, um indicador relevante no sucesso escolar das novas gerações.

A cobertura sobre a Educação voltou a merecer maior atenção dos Media com 43 por cento dos artigos, centrados, na sua maioria, no acesso ao ensino, nos exames, na qualidade de ensino e nas infra-estruturas escolares, mais concretamente, na construção de novas salas de aulas, e consequente inauguração.

Os desmaios constantes de raparigas em algumas escolas secundárias da cidade de Maputo suscitaram, igualmente, matérias jornalísticas, entre editoriais, reportagens, notícias e artigos de opinião.

Figura 2.1 Níveis de ensino relacionados com a área de Educação

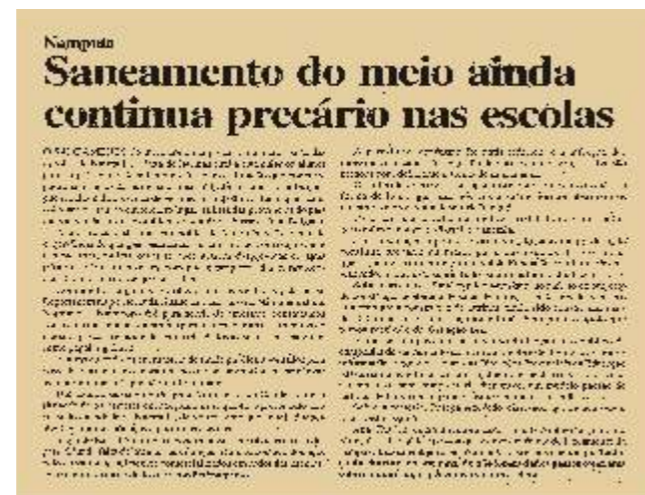


Ensino Primário

Dos 693 artigos referentes a Educação, 27 por cento estão relacionados com o ensino primário, influenciados maioritariamente pelo processo de matrículas e as implicações em torno do mesmo, tais como, as enchentes verificadas nas escolas e nos serviços de notariado para o reconhecimento e autenticação de documentos, o número de vagas postas a disposição para o ensino primário; pela construção e entrega, pelo Governo, de salas de aulas e escolas, com vista a proporcionar maior acesso de crianças em idade escolar as escolas; e, pela distribuição de material escolar.

A falta de material escolar, assim como a comercialização do mesmo em mercados informais, o efeito das chuvas para a paralisação de aulas em alguns pontos do país, assim com a qualidade de ensino, dadas as passagens semi-automáticas e o dilema por que passam as raparigas quando grávidas em idade escolar, foram igualmente assuntos reportados pelos Media.

De salientar que a maioria dos artigos publicados nesta rubrica limita-se a dar a conhecer factos, sem se debruçar a fundo sobre a própria criança. Isto faz com



que o jornalista actue mais como um receptor do que produtor de informações.

São raros os artigos onde se procura contextualizar os assuntos reportados, associá-los a políticas públicas e direitos da criança relacionados. Mas, há a destacar a reportagem de Arsénio Manhice, na edição dia 7 de Dezembro, no jornal Notícias, intitulada "Falta de água e limpeza periga vida dos alunos" na qual traz ao de cima, de forma pormenorizada, os problemas derivados da falta de água e saneamento nas escolas e fala, igualmente, dos processos de higiene que se devem suceder ao uso da casa de banho.

Ensino Primário/Secundário

Versando maioritariamente sobre o acesso ao ensino, material escolar e a qualidade de ensino, foram publicados 6 por cento de artigos cujos temas focam aspectos ligados quer ao ensino primário, quer ao secundário. Ainda relacionados com estes dois níveis de ensino foram publicados artigos a relatar o facto de terem ocorrido fraudes académicas, sem nunca se debruçarem sobre a índole dos estudantes envolvidos, e sem consultarem fontes abalizadas (psico-tais factos,

pedagógicos) para factores por detrás da ocorrência de tais factos, assim como não se procura saber, ao certo, o que está, realmente, por detrás da fraca qualidade de ensino.

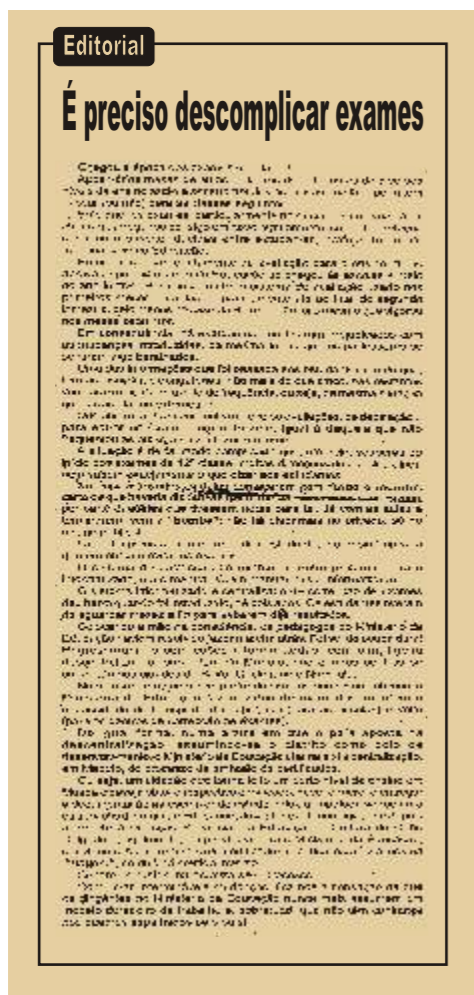
Ensino Secundário

Relacionados com o ensino secundário, foram publicados 31 por cento dos artigos, centrados essencialmente no acesso ao ensino secundário, dado o reduzido número de vagas disponíveis nesse nível, mas, com os



olhos postos a nível urbano, onde se desenham alternativas como escolas privadas, descurando o meio rural, muitas vezes privado de escolas.

Foram, igualmente, publicados artigos versando sobre os exames, principalmente os da 12ª classe, que devido ao formato, tem gerado confusão para os alunos e não só, como atenta o editorial do jornal Diário de Moçambique, do dia 6 de Novembro de 2010, intitulado "É preciso descomplicar exames!".



Ensino Técnico

O ensino técnico registou 6 por cento dos artigos influenciados maioritariamente pelos fundos desembolsados para este sector, que mesmo assim, não tem logrado atingir o desejado em termos de qualidade de ensino. Falam, igualmente, na expansão e reformas do ensino técnico.

No entanto, não referenciam o impacto que o mesmo tem na vida das crianças, assim como, não trazem o parecer das crianças envolvidas neste sistema de ensino.

Ensino Geral

Com 25 por cento, os artigos relacionados com o ensino geral centraram-se maioritariamente no crescimento do número de vagas disponíveis, qualidade de ensino e o processo de matrícula.

A semelhança das rubricas anteriores, não se vislumbra aqui, uma predisposição para olhar para além do que é oferecido pelas fontes de informação.

Ensino Superior

Foram publicados 4 por cento de artigos relacionados com o ensino superior, incidindo na sua maioria no acesso ao ensino superior e nas políticas relacionadas com este sistema, com maior incidência na alteração das propinas.

II CAPÍTULO - PROTECÇÃO

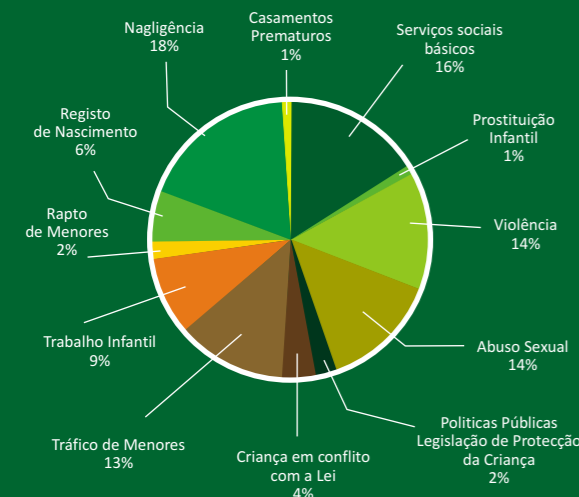


© UNICEF Moçambique

Os efeitos físicos e psicológicos da violência, do abuso e da exploração sexual, são susceptíveis de afectar negativamente o bem-estar e o desenvolvimento da criança, influenciando o seu comportamento na infância e durante a vida adulta, sendo portanto, considerados aspectos que requerem maior atenção quando se trata da protecção da criança. A Constituição da República de Moçambique no seu artigo 121º, sobre a infância, responsabiliza três actores sociais na provisão dessa protecção ao estabelecer que "todas as crianças têm direito à protecção da Família, da Sociedade e do Estado, tendo em vista o seu desenvolvimento integral". Mas, pelo seu papel preponderante, na disseminação de informação e na educação da sociedade, os Media tem a obrigação de estar na vanguarda no garante da realização dos Direitos da Criança.

Dos 1623 artigos reportados entre Janeiro e Dezembro de 2010, 29 por cento estão relacionados com a área de protecção, centrados maioritariamente na violência perpetrada contra a criança, na negligência com influência negativa para o bem-estar das crianças e no abuso sexual.

Figura 3.1 Temas relacionados com a Protecção



Negligência

Negligência significa o acto de omissão do responsável pela criança em prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento e manifesta-se de diferentes formas, tais como: deixar uma criança sozinha em casa incorrendo no risco de ingerir medicamentos, apanhar choques eléctricos, queimar-se, cortar-se ou até cair de uma janela; a ausência de alimentação adequada dos filhos, ausência de cuidados de higiene ou com relação ao calendário das vacinações, o facto de não a matricular na escola; e, expôr-se a perigos desnecessários pondo em risco a sua vida e a de terceiros.

Com 18 por cento de artigos centrados nesta rubrica, os Media debruçaram-se, maioritariamente, nas mortes de crianças por afogamento, carbonizadas, abandono de recém-nascidos, mas sempre de forma factual e em espaços diminutos, muitas vezes, resultantes de informes policiais, sem uma chamada de atenção para o cuidado a ter e, principalmente, a devida responsabilização.

Serviços Sociais Básicos

Com o intuito de reportar, maioritariamente, feitos do Governo, assim como das Organizações da Sociedade Civil, os Media produziram 16 por cento de artigos centrados nos serviços sociais básicos, que gravitaram sobre ajudas concedidas a segmentos desfavorecidos de que as crianças fazem parte. De referir, no entanto, que os artigos em causa não se centram nas crianças, dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, expectativas e sonhos, com excepção de artigos de opinião, em número diminuto, que abordam a necessidade de se dar maior atenção às crianças desfavorecidas, sem se referir de forma clara, se crianças na rua ou de rua, ou ainda, crianças órfãs e vulneráveis.

Tráfico de Menores

O tráfico de pessoas que, segundo a Lei do Tráfico de Pessoas em particular Mulheres e Crianças, é um crime público, pelo que a acção penal não depende da queixa, denúncia ou participação do ofendido, é responsável pelo aumento da vulnerabilidade das crianças à exploração e abuso sexual, à violência, casamento prematuro e ao trabalho infantil.

Se no passado o "caso Diana" suscitou a produção de artigos e grandes debates nacionais, o tráfico de menores, com todas as repercussões negativas, acima enunciadas, apenas foi abordado em 13 por cento dos artigos relacionados com a área de protecção.

Embora em Moçambique o tráfico de crianças se dê segundo três tendências: das zonas rurais para as urbanas mais próximas, destas para as grandes cidades de Maputo, Nampula e Beira, e de Maputo para a África do Sul, os Media centraram-se, maioritariamente, na reprodução de discursos, daí que os artigos tenham se centrado na campanha desenhada em prol do combate ao tráfico de menores durante o mundial de futebol, realizado na vizinha África do Sul.

Foi publicado um artigo no jornal Savana do dia 26 de Março, intitulado "Desmantelada rede de tráfico de mulheres", que embora não tenha sido elaborado por jornalistas moçambicanos, traz ao de cima o desmantelar de uma rede de tráfico de pessoas, de entre as quais crianças. Embora seja um assunto de interesse público, o mesmo não teve seguimento, ficando a sociedade por saber o desfecho do mesmo.

Aspecto positivo, continua a prender-se com o acompanhamento do caso "Diana", envolvendo uma cidadã moçambicana, que está a ser julgada por tráfico de crianças e que reconheceu ter aliciado e transportado três

meninas de Moçambique para a África do Sul, cujo desfecho ainda se desconhece.

Prostituição Infantil

A prostituição infantil é um tema controverso dada a imaturidade das crianças envolvidas, isto é, a sua fraca capacidade de negociação em actividades sexuais remuneradas, aliada ao fraco ou inexistente poderio económico, que as sujeita a um papel de dependentes e por consequência as coloca numa posição de exploração sexual comercial.

A semelhança de muitos assuntos de suma importância para o desenvolvimento são da criança, este tema não mereceu uma atenção devida dos Media que apenas publicaram 1 por cento de artigos relacionados com o tema, a maior parte dos quais se ficaram a dever a acções levadas a cabo pelas Organizações da Sociedade Civil e o Ministério da Mulher e Acção Social para pôr cobro à exploração sexual e comercial de crianças.

Trabalhos investigativos, que tragam a tona a realidade vivida pelas raparigas e rapazes envolvidos em situação de exploração sexual comercial não foram realizados.



Abuso Sexual

O abuso sexual pode ser responsável por grande parte dos traumas desenvolvidos por uma criança vítima, podendo, igualmente, perigar o desenvolvimento normal desta, e contribuir para comportamentos desviantes dos estatuidos pela sociedade.



Embora os Media sejam um elemento preponderante para o combate de tais práticas, na denúncia, consciencialização da população alvo no sentido de denunciar os mais pequenos indícios, apenas 14 por cento dos artigos correspondentes a protecção estão ligados ao assunto acima referido, e na sua maioria, resultam de informes policiais, cuja estampa se verifica na rubrica "Ocorrências", sem a devida investigação para se apurar o grau de proximidade ou não entre as vítimas e os agressores, o índice de casos registados num mesmo local, os factores por detrás do fenómeno, questões de género relacionadas, o acompanhamento a que as vítimas estão votadas ou merecem e a pena a que incorrem os agressores envolvidos em casos de abuso sexual.

Trabalho Infantil

O direito da criança de ser protegida de formas de trabalho não apropriadas está estabelecido no artigo 32 da Convenção sobre os Direitos da Criança, assim como nas principais convenções da Organização Internacional do Trabalho relativas ao trabalho infantil, ratificadas por Moçambique a 16 de Junho de 2003.

Mesmo assim, muitas crianças são obrigadas a trabalhar por várias razões, sendo a pobreza a principal delas, e embora o dia-a-dia o demonstre, com crianças envolvidas em alguma forma de actividade económica, apenas 9 por cento dos artigos relacionados com a protecção abordam o assunto, na sua maioria em fotografias, nas quais se vê crianças com recipientes contendo os mais variados produtos.

Há a destacar, nesse âmbito, a reportagem fotográfica de Jorge Ataíde, acima referida, intitulada "Quando o lixo vira pão...", no jornal Diário de Moçambique de 7 de Setembro, que retrata o envolvimento de crianças na colecta do lixo para sua sobrevivência e dos seus dependentes, com as consequências advindas dessa prática.



Embora a forma mais frequente de trabalho infantil seja doméstica, são escassos os artigos que se centram sobre a matéria, de modo a tornar visível o fenómeno, assim como não são discutidas as suas implicações para a criança.

Políticas e Legislação de Protecção da Criança

Moçambique deu passos significativos, nos últimos anos, para o desenvolvimento de políticas e instrumentos legais, para assegurar que todas as crianças sejam protegidas das mais variadas formas de violência, entre abuso sexual e exploração sexual comercial, e melhoria do acesso das

crianças mais vulneráveis e marginalizadas a serviços básicos e programas de protecção social, com a aprovação e promulgação da lei de bases de protecção da criança e Organização Jurisdicional de Menores, com o Plano Nacional de Acção para a Criança e com a criação do Conselho Nacional da Criança. No entanto, tais factos não mereceram muita atenção por parte dos Media, dado que o tema apenas mereceu 2 por cento dos assuntos relacionados com a protecção, na sua maioria galvanizados por organizações da sociedade civil, que reclamam pela fraca divulgação das mesmas. Embora a Lei de Bases ainda não tenha sido regulamentada para sua plena utilidade, não se fez sentir uma pressão por parte dos Media, considerados olheiros da sociedade.

Violência

A incidência da violência quer a nível doméstico, quer da comunidade, tem sido nos últimos tempos fenómeno preocupante na sociedade moçambicana. Relacionados com este assunto foram publicados 14 por cento de artigos, na sua maioria nas rubricas "breves" e "Ocorrência", cujos espaços são diminutos e carecem de informação contextualizada, como se pode notar no artigo do Diário de Moçambique do dia 21 de Maio, intitulado "Marido abre barriga da esposa com lâmina", que fala no caso de um indivíduo que abriu com uma lâmina a barriga de uma menor, segundo avança, esposa do mesmo.

No entanto, apesar da sua tenra idade, o artigo não se refere a mesma como menor, assim como não fala de um possível casamento prematuro, nem no facto de ser um acto condenável.

18



Criança em Conflito com a Lei

De acordo com os artigos analisados, a cobertura dos assuntos relacionados com crianças em conflitos com a lei, cifrados em 4 por cento, resultaram de informes policiais e foram, igualmente, publicados nas rubricas "Breves" e "Ocorrências", para reportar sem dados relevantes, o envolvimento de menores em diferentes situações de crime e conseqüente prisão dos mesmos.

No entanto, há a ressaltar, pela negativa, os artigos do jornal Notícias dos dias 12 e 15 de Outubro, intitulados "Adolescente detida por provocar aborto" e "PRM procura cúmplices", respectivamente, que reportando sobre a interrupção de gravidez por parte de uma menor, revela a sua identidade completa, com referência, igualmente, do estabelecimento de ensino que frequenta e do local da sua residência, expondo-a a possibilidade de marginalização, quer pelos colegas de escola, quer pelos vizinhos de residência.

Registo de Nascimento

O não registo de nascimento de crianças constitui uma violação ao direito humano inalienável de uma criança ter uma identidade. Contribui para que as crianças não tenham acesso a serviços sociais básicos, e torna-as mais vulneráveis a uma série de abusos relacionados com a idade, de entre os quais o casamento prematuro, trabalho infantil, exploração sexual, encarceramento em estabelecimentos prisionais para adultos, entre outros.

Em Moçambique, a obrigação de registar as crianças imediatamente depois do nascimento tem expressão legal no Código de Registo Civil, contudo, centenas de crianças existem ainda que não tenham sido registadas. No entanto, as notícias analisadas abordam questões ligadas a cam-



nhas de registos de nascimento e ligadas a isso, o processo de matrículas.

Relacionados com este tema, foram publicados cerca de 6 por cento do total de artigos relacionados com a protecção, falando na sua maioria, 57 por cento, sobre as campanhas levadas a cabo pelo governo e/ou OSC's, que visavam registar o maior número possível de crianças e sobre as implicações do registo tardio para o acesso ao ensino, sem, no entanto, se debruçarem sobre a implicação do não registo no acesso a outros serviços sociais básicos.

Casamentos Prematuros

O casamento prematuro tem fortes implicações no desenvolvimento económico, social e profissional da rapariga, dado que em muitos casos a retira da escola, remete-a a uma vida sexual activa como se de um adulto

se tratasse, expõe-na ao HIV, a gravidez precoce, priva-a de brincar normalmente com as outras crianças da sua idade, em suma, priva-a de ter um crescimento normal e desejado para qualquer criança.

Embora sejam muitos os casos de casamentos prematuros cujas conseqüências são nocivas para as raparigas, os



19

artigos publicados em torno desse assunto, cifrados em 1 por cento, reportaram maioritariamente casos de casamentos prematuros motivados por práticas tradicionais com consequências a nível escolar, mais concretamente, sobre o facto de as raparigas se verem forçadas a abandonar a escola. Outras implicações como separação da rapariga da sua família e amigos, privação da liberdade de interagir com raparigas da sua idade e de participar em actividades da comunidade, trabalho forçado, abuso sexual e violência, não são referenciadas.

Artigo a realçar, é o da autoria de Luís Fernandes, intitulado "Pais livram-se de dívidas vendendo suas próprias filhas", no jornal Diário de Moçambique, que fala sobre a venda de filhas por parte dos seus progenitores, com o intuito de saldarem suas dívidas, sujeitando-as a

casamentos prematuros. Fala, igualmente, na condenação de um indivíduo, acusado de vender sua filha a um terceiro.

Rapto de Menores

Os 2 por cento de artigos relacionados com esta rubrica resultaram de uma onda de crimes que assolou a cidade de Nampula, caracterizada pelo rapto de pessoas para o pedido de resgate, e tiveram origem, maioritariamente, em informes policiais e não, propriamente, em trabalhos investigativos.



III CAPÍTULO - PARTICIPAÇÃO

© UNICEF Moçambique

Muitas organizações da sociedade civil nacionais e internacionais têm reforçado as suas acções no sentido de sensibilizar a sociedade moçambicana no geral sobre a importância de se respeitar os Direitos da Criança à participação e opinião na vida da sociedade e ou comunidades em que ela está inserida, e os Media têm um papel preponderante a desempenhar neste cenário.

Segundo a análise feita sobre a área, que contabilizou 15 por cento de artigos relacionados, dentre os temas relacionados e identificados (Comunicação, Cultura, Desporto e Representação), a participação da criança continua a ser reportada em grande escala em assuntos ligados ao desporto, com os a indicarem a participação desta nos torneios de futebol infantil, basquetebol, natação e carate.



Desporto

O desporto foi o assunto que registou maior número de artigos publicados na área da participação, com 79 por cento do total de artigos, centrados, na sua maioria, nas partidas de Mini-basquete Millenium BIM, provas de natação, no Basquete Show e na participação das selecções sub-18 em diferentes provas, sem referência a sua importância para o desenvolvimento motor e funcional da criança, numa altura em que o sedentarismo tornou-se uma prática recorrente.

Entretanto, há a realçar o destaque dado às prestações das selecções nacionais de basquetebol, na categoria de sub-18 quer em masculinos, quer em femininos e as provas de natação.

Houve, também, espaço para artigos produzidos que reportavam sobre a participação de Moçambique nos jogos da CPLP, que decorreram em Maputo.

Comunicação

A participação da criança nas questões de comunicação, cuja cifra foi de 5 por cento, continua a ser, a par da representação, algo negligenciado.

Embora esta tenha ganho mais um espaço para se fazer ouvir com o "Telejunior", o assunto mais abordado, com relação ao tema, foi o envolvimento de crianças na produção de um vídeo, cuja intenção é despertar consciências sobre a problemática do HIV, do conceituado cantor moçambicano, Moreira Chonguiça.

À necessidade de se desenvolver mecanismos para permitir uma maior participação de crianças com deficiência auditiva, visual e de fala, embora importantes para a sua plena inserção na sociedade, não são abordadas.



Igualmente, são poucos os artigos onde se vislumbra a possibilidade de as crianças se pronunciarem.

Cultura

Esta é uma rubrica que continua a ser influenciada, maioritariamente, por actividades culturais levadas a cabo nos dias 1 e 16 de Junho, Dia Internacional da Criança e Dia da Criança Africana, respectivamente.

Apesar de cobertas de diversas formas, nota-se, nesta secção uma maior predominância de fotografias onde se vê menores a executar números de dança tradicional. Foram reportadas, ainda que em menor escala, exposições de obras produzidas por crianças.

Dos 13 por cento dos artigos relacionados com a participação da criança, há a destacar, no entanto, a cobertura sobre os feitos de uma menina, chamada Cuca, com mais ênfase para a sua participação no concurso internacional de música gospel.

A semelhança da rubrica desporto, onde a acção da criança é directa, a sua opinião raramente é ouvida.

Representação

A rubrica representação registou 3 por cento do total de artigos relacionados com a área de participação, retratando a participação activa das crianças no processo de reflorestamento, no envolvimento destas na disseminação de boas práticas para a preservação ambiental, como se pode notar com o artigo do jornal notícias do dia 14 de Junho, intitulado "Crianças de Gorongosa vencem concurso internacional", que fala sobre a vitória de uma equipa constituída por crianças de Gorongosa, num concurso internacional que tinha como propósito sensibilizar a sociedade para a promoção de boas práticas de preservação ambiental.

Embora se verifique uma tendência no crescimento de artigos a reportar sobre o tema, estes, geralmente, pecam por não fazerem um acompanhamento das actividades desenvolvidas por menores e que tenham impacto social, limitando-se a noticia-los quando arrecadam prémios.

Embora se tenha realizado a II Sessão do Parlamento Infantil, este tema não mereceu por parte dos Media a devida atenção, dado que o acompanhamento do mesmo foi diminuto.

IV CAPÍTULO - SAÚDE E NUTRIÇÃO



A infância é um período em que se desenvolve grande parte das potencialidades humanas.

Os distúrbios que incidem nessa época são responsáveis por graves consequências para indivíduos e comunidades.

A questão sobre saúde e nutrição, factor que pode ser considerado transversal, dado que todos actores da sociedade têm obrigações para a realização do direito da criança a saúde, considerando o papel e a responsabilidade do Governo, cuja obrigação foi assumida com ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Comunidade e Família, na expansão da rede sanitária, promoção de boas práticas para o saneamento do meio, provisão de alimentação saudável, é determinante para o crescimento sadio da criança.

Embora influencie bastante nos índices de desenvolvimento humano e redução da pobreza, a cobertura sobre o tema Saúde e Nutrição, segundo a presente análise contabilizou apenas 13 por cento do total dos artigos.



Saúde Materno-Infantil

Da análise aos temas relacionados com Saúde e Nutrição, destacou-se a rubrica sobre Saúde Materno Infantil, da qual se publicou 58 por cento de artigos. O alcance desta cifra deveu-se, segundo se constatou, aos artigos referentes às campanhas de vacinação e da preocupação do Governo em reduzir quer a mortalidade infantil, quer a mortalidade materna, com o desenho de estratégias para massificar os partos institucionais, dado que algumas parturientes se recusam a ser assistidas por homens durante o parto.

De realçar, no entanto, que não se procura descortinar as razões por detrás deste fenómeno.

Questões ligadas a nutrição também foram reportadas, mas tal como os artigos ligados as campanhas de vacinação, a pretensão de se reduzir a mortalidade infantil e materna, grande parte destes são fruto de informes governamentais, de representantes de OSC e não de um trabalho investigativo, susceptível de trazer possíveis medidas para a solução de problemas relacionados com a malnutrição.

Cólera

Embora seja, a par da malária, uma das doenças que mais mortes causa no seio do segmento infantil, este assunto não mereceu atenção dos Media, se tivermos em conta que é reportado em apenas 1 por cento dos artigos relacionados com a área Saúde e Nutrição.

Ao reportar sobre o tema, não se faz referência a criança, que devido a sua fragilidade e maior exposição, é a mais afectada. Embora se refiram as causas da cólera, pecam por repetir chavões como "doença das mãos sujas", sem o devido desdobramento para uma percepção da sociedade em geral.

Malária

Embora a malária seja considerada uma das principais causas de morte de crianças em Moçambique, não obstante ser prevenível e passível de tratamento, a cobertura dos Media coloca-a no terceiro plano dos assuntos relacionados com a Saúde e Nutrição, com 9 por cento de artigos publicados, e falam, maioritariamente, sobre a redução de casos de malária nos diferentes quadrantes do país.

O envolvimento do CISM na criação de uma vacina de combate a malária, assim como a oferta de redes mosquiteiras mulheres grávidas e a crianças, foram, igualmente, temas reportados pelos Media.

Aspecto negativo prende-se com o facto de os Media não realçarem as várias e diferentes formas de prevenção da malária.



Água e Saneamento

Com 5 por cento de artigos publicados, a cobertura sobre o tema centrou-se no acesso a água potável, com destaque para a expansão da rede de fornecimento de água. Embora a criança seja um dos segmentos mais afectados, a par da mulher, raramente é mencionada nos artigos sobre água e saneamento, como se pode ver no artigo do dia 10 de Fevereiro do Magazine Independente, intitulado "Esgoto da desgraça!", que embora não fale sobre a criança, traz uma imagem na qual se vê um menino no charco de água, o que o expõem as mais variadas doenças, sendo por tanto um dos segmentos mais vulneráveis e consequentemente mais negligenciado em termos de cobertura.

Campanhas de educação para higiene, que tem por objectivo educar os cidadãos a observar as mais elementares regras para o saneamento do meio, higiene pessoal e colectiva, tem sido descurados pelos Media que raramente se referem ao facto, tal como não se referem a importância do uso de latrinas nas comunidades, com exemplos positivos de comunidades que adoptam o uso de latrinas e de boas práticas de higiene e eliminam o feccalismo a céu aberto.

Serviços de Saúde

A cobertura sobre serviços de saúde situou-se nos 12 por cento da cobertura feita no período em análise e esteve centrada maioritariamente em questões ligadas a infra-estruturas de saúde, que passam por construções e/ou reabilitações de maternidades, a formação de novos quadros para a saúde.

Embora em espaços diminutos, os Media dão a conhecer um maior acesso das populações aos serviços de saúde, quer pela criação de infra-estruturas, quer pelo envolvimento de brigadas móveis, com vista reduzir distâncias percorridas pelas populações.

HIV e SIDA

Embora seja responsável pelo cada vez mais crescente número de crianças órfãs e vulneráveis, apenas 8 por cento dos artigos publicados reporta questões ligadas ao HIV e SIDA.

Tais artigos debruçaram-se maioritariamente, sobre questões ligadas a transmissão vertical, cuidados para crianças órfãs e vulneráveis.

Meio Ambiente

Com apenas 2 por cento dos artigos relacionados com a saúde e nutrição, este é, igualmente, um tema no qual as crianças não têm merecido atenção devida, como se depreende no artigo de Joel Chambale, do dia 11 de Fevereiro, no jornal Zambeze, intitulado "Pessoas e moscas brincam juntos...", centrado nos problemas causados pela lixeira do Hulene aos moradores circunvizinhos, que apesar de dar explicação sobre as doenças e formas de as prevenir, ligadas ao lixo, peca por não se debruçar sobre um segmento que muitas vezes é o mais afectado, dado que brinca ao relento e exposto a contaminação.



Crianças Portadoras de Deficiência Física ou Mental

Os artigos sobre este assunto, cuja cifra foi de 2 por cento, falam sobre a implicação de doenças como meningite, varíola e sarampo para a ocorrência de deficiências auditivas em alunos, na região norte. Reportaram igualmente sobre questões em torno da deficiência auditiva, e ainda, sobre a deficiência mental, influenciados pelo Dia Mundial do Deficiente Mental.

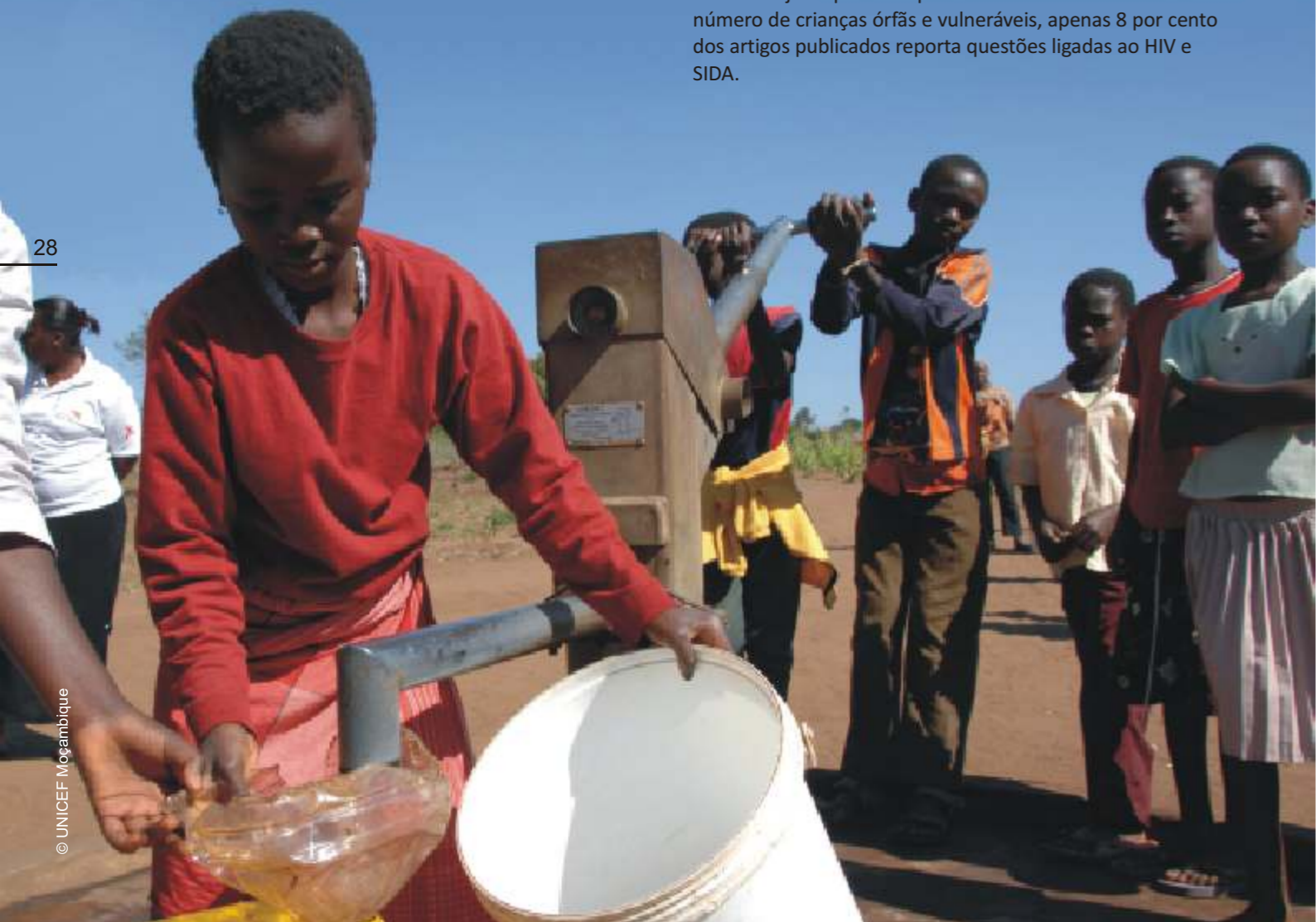
Aspectos relacionados com o enquadramento social de crianças portadoras de deficiência, nos diferentes espaços, como a educação, saúde, foram negligenciados pelos Media, que não reportaram sobre o caso.

Políticas Públicas e Legislação para a Saúde
Centrado nas acções levadas a cabo pelo Ministro da Saúde, para um melhor atendimento ao doente e na exoneração da direcção do Hospital Geral do Chamanculo devido a morte, por negligência de um menor, este assunto foi responsável pela produção de 1 por cento dos artigos relacionados.

Saúde Física, Mental e Emocional das Crianças e Adolescentes

Os artigos referentes a este tema, 2 por cento, abordam particularmente a prevenção do uso de drogas narcóticas, substâncias psicotóxicas e inalantes.

Os artigos trazem ao de cima a problemática do consumo de drogas por parte de adolescentes e jovens nas escolas, principalmente, de raparigas com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos. Trazem ainda a preocupação quer do governo, quer dos jovens em levar a sociedade civil a ser mais proactiva no combate as drogas.





Conclusões

Embora se tenha verificado avanços na cobertura dos Media aos assuntos relacionados com a criança, com a inclusão de assuntos outrora relegados para segundo plano, muito ainda está por fazer.

É notório o desequilíbrio entre os Media na publicação de artigos relacionados com a criança, o que nos remete a uma falta de compromisso para com este segmento, que segundo se advoga, é o futuro da nação.

O uso repetitivo de fotografias, assim como fora do contexto continua uma prática recorrente.

São notórios os esforços da maioria dos Media em cobrir lançamentos dos projectos ou actividades levadas a cabo quer pelo Governo, quer por ONG's/OSC, sem que, no entanto, façam um acompanhamento do processo de implementação e da prestação de contas de acções efectuadas em torno dos mesmos.

São frequentes artigos cuja notícia é meramente factual, sem contextualização, com destaque para

acontecimentos pontuais que não estimulam a reflexão crítica, reportando casos de abuso sexual, assassinatos onde a criança é citada de modo superficial e como vítima de um acto.

As políticas públicas apresentam percentagens reduzidas e foram, na maioria dos casos, implicitamente mencionadas, baseadas nas fontes de informação ou ainda nalgum documento citado, referindo os esforços do governo na provisão da educação gratuita para o nível básico, de assistência médica e medicamentosa materno infantil e no provimento de identidade a todas as crianças.

A legislação continua negligenciada, e segundo os números apontam, foi relegada para segundo plano, mesmo em casos em que o artigo fazia referência a actos de violência perpetrados contra crianças.

Em casos relacionados com o abuso sexual, a vivência de crianças mais vulneráveis e marginalizadas, especialmente crianças órfãs e as que vivem em áreas rurais remotas, não se faz uma abordagem do género para se perceber a dificuldades por que passam esses diferentes segmentos no acesso aos mais variados serviços públicos.

Recomendações

Mais do que o espaço oferecido pela imprensa, é preciso levar em consideração outros critérios importantes, tais como:

- A enorme responsabilidade social dos profissionais do jornalismo, que é: levar para todos os cidadãos informações de qualidade sobre as acções governamentais e muitas outras questões de interesse colectivo, como são os casos da educação, saúde, protecção e participação da criança;
 - Contextualização dos assuntos reportados, para que se fortaleça a cidadania e se contribua para que a população possa conhecer e reivindicar seus direitos - o que significa revigorar e ampliar o capital social.
 - Oferecer ao público um conteúdo de qualidade, com análise crítica das questões abordadas.
 - Ouvir todos os lados da história, com opiniões e pontos de vista diversificados.
 - Procurar e dar informações que levem à prevenção da
- violência, abuso sexual, tráfico, etc, contra a criança e à punição de agressores e perpetradores.
 - Tratar a criança vítima de violência, quer seja abuso ou exploração sexual, como sujeito de direitos, respeitando a sua condição de pessoa em desenvolvimento.
 - Pesquisar e divulgar factos por detrás dos abusos sexuais, casamentos prematuros, etc, tendo em conta valores socioculturais e questões de género.
 - Acompanhar os processos instaurados, relacionados com o abuso e exploração sexual de crianças, e actualizar as comunidades sobre o desfecho dos casos.
 - Evitar identificar vítimas de violência e pessoas da família.
 - Não se centrar numa cobertura baseada nos boletins de ocorrência, vá para além do que lhe é apresentado, trazendo o impacto de tais actos e formas de os combater.
 - Evitar o sensacionalismo.
 - E, mais importante ainda, dar voz e ouvir a opinião da criança sobre assuntos que a ela dizem respeito.



Referências e materiais consultados

ANDI, 'Piores Formas de Trabalho Infantil: Um guia para Jornalistas', Brasília, Fevereiro de 2007.

ANDI, 'Boas Práticas em Comunicação: Um guia para fontes de informação', Brasília, Maio de 2007.

Canela, Guilherme (Coord.), 'Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo', 1ª ed. ANDI e Cortez Editora, São Paulo, 2008.

GIDDENS, A. O Mundo na Era da Globalização. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

MARCONDES FILHO, C. O Capital da Notícia. Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza. São Paulo, Ática, 1986.

Ministério da Justiça (DPRN), Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social (MMAS), 'Plano de Acção Provincial para o Registo de Nascimentos em Moçambique', República de Moçambique, Maputo, 2004.

Nações Unidas, "A pobreza na Infância em Moçambique: Uma Análise da Situação e das Tendências", Maputo, 2006.

República de Moçambique, 'Lei da Família', 2003.

República de Moçambique, 'Constituição da República' Maputo, 2004.

República de Moçambique, 'Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009' (PARPA II), Versão Final aprovada pelo Conselho de Ministros aos 02 de Maio de 2006, Maputo, Maio de 2006

Save the Children Norway, 'Relatório da Pesquisa sobre A criança em Conflito com a Lei', Maputo, Setembro de 2003.

Save the Children, CARE, MEC e REDE-CAME/FDC, 'Relatório do Estudo sobre Abuso Sexual de Raparigas nas Escolas Moçambicanas' 2005.

Websites

RECAC
www.recac.org

Rede dos Direitos da Criança em Moçambique
www.redicem.org.mz

Rede Criança
www.rededacrianca.org.mz

UNICEF Moçambique
www.unicef.org/mozambique/pt

Website global do UNICEF
<http://www.unicef.org>

Guias e Manuais para os Media

All sides of the story - Reporting on children: a journalist's handbook (Published by UNICEF and Media Monitoring Project 2003)
http://www.unicef.org/southafrica/resources_706.html

Children's Rights and the Media: A resource for journalists (Produced by Soul City with support from UNICEF)
http://www.unicef.org/southafrica/resources_706.html

Child Rights and the Media - Putting Children in the Right: Guidelines for Journalists and Media Professionals (Published by the International Federation of Journalists with the support of the European Commission)
http://www.unicef.org/magic/resources/childrights_and_media_coverage.pdf